

O lugar do ensaio no jornalismo cultural

Paulo Roberto Pires

Introdução

Boa parte das críticas que se faz ao chamado “jornalismo cultural”, considerado genericamente “superficial”, tem raiz, a meu ver, num mal entendido histórico entre as funções do jornalista e do intelectual na sociedade brasileira. O simples fato de propor uma distinção entre um e outro já indica o descompasso que pretendo analisar. E, a partir dessa análise, gostaria de pensar o lugar que o ensaísmo pode hoje assumir no debate cultural – menos como uma solução, improvável, do que como uma das alternativas possíveis para a prática profissional. Uma proposta de discussão que faço a partir de minha experiência como editor da *serrote*, revista de ensaios publicada pelo Instituto Moreira Salles.

1

Conforme observei, o mal entendido começa quando fazemos uma distinção imediata entre “jornalista” e “intelectual”.¹ Hoje naturalizada, tal separação é produto de um duplo processo: a desintelectualização programática do profissional do jornalismo e a profissionalização sistemática daquele que se convencionou chamar “intelectual”.

Para ser direto, gostaria de lembrar uma época precisa. Logo depois da Passeata dos Cem Mil, o histórico protesto contra a ditadura de junho de 1968, formou-se uma comissão de representantes da sociedade para discutir diretamente com o general Costa e Silva. Nela, os “intelectuais” eram representados por Hélio

Pellegrino. Hoje, dificilmente um psicanalista seria identificado como tal, uma vez que, progressivamente, intelectual passou a ser entre nós sinônimo de alguém cuja atividade profissional é de alguma forma legitimada pela atuação universitária.

A ideia do intelectual moderno nasce na França, no final do século XIX, e tem sua expressão mais bem acabada em Émile Zola. Com o país dividido pelo chamado “caso Dreyfuss” – o rumoroso processo de expulsão de um oficial do exército sob acusação de traição que mascarava um ato de mal disfarçado anti-semitismo – o autor de *Germinal* publica um panfleto incendiário sob a forma de carta aberta ao presidente da república. Batizado “J'accuse” (“Eu acuso”), o contundente ensaio é considerado a certidão de nascimento desta ideia de intelectual, daquele que fala em nome de valores gerais e, portanto, não-restritos à sua especialidade. Assumir-se como intelectual é atitude sempre política, mesmo que não envolva militância em suas formas mais convencionais.

Este intelectual clássico, generalista, é, como se pode imaginar, indissociável do profissional de imprensa, pois é na intervenção pública que se desenha sua função. Ainda que não se possa generalizar afirmando que todo jornalista é necessariamente intelectual, é irrefutável que o intelectual clássico se expressa, necessariamente, pela imprensa, pelos meios de comunicação.

Quando, portanto, estes irmãos siameses são separados no Brasil? Eu diria que o momento decisivo é a virada da década de 1960 para 1970. É um momento tenso em que a censura drena a inteligência das redações – e, também, quando a educação universitária passa a se profissionalizar, deixando de lado a separação entre ensino e pesquisa, com o impulso decisivo do CNPq, órgão criado em 1951, mas que em 1961 vai, por exemplo, delimitar institucionalmente a feição dos cursos de pós-graduação.

Seria impreciso e mecânico estabelecer aí uma relação de causa e efeito, mas é fato que a partir de então as redações tornam-se cada vez mais áridas do ponto de vista reflexivo – e as universidades mais atraentes como uma zona de relativa liberdade intelectual, ainda que muitas vezes sob forte intervenção do Estado.

Quando, nos anos 1980, minha geração começa a chegar às redações, a separação está consolidada. Com pouquíssimas exceções, dificilmente um jovem universitário esperava encontrar ali alguém que se pudesse chamar de “intelectual” – todos eles àquela altura já eram ligados à universidade. Ainda que o “jornalismo cultural”, feito nos suplementos, fosse ingênua e erroneamente identificado como lugar “pensante” do jornal, mal entendido justificado em parte pela associação direta entre trabalho intelectual e as chamadas “humanidades”.

Para que se tenha a dimensão exata do equívoco, lembro de um professor de jornalismo muito influente sobre gerações de jornalistas imediatamente anteriores à minha dizer, em tom de deboche, que um trabalho sobre Tropicalismo que entreguei estava “bem feitinho”, ainda que fosse “coisa de intelectual”. Era um tempo em que

“teóricos” e “práticos” travavam uma guerra niilista nas escolas de comunicação e o pobre estudante ficava tentando entender como Platão poderia lhe ajudar num plantão.

2

Esta divisão, perversa e incrivelmente resistente, só fez se agravar com o tempo. Os fatores são muitos e não há possibilidade de determinar quem está certo ou errado. E, aliás, se fosse para apontar mocinhos e bandidos, eu estaria numa situação de séria cisão de personalidade, já que há 20 anos sou professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e há pelo menos 25 anos trabalho entre jornalismo e a edição de livros.

Na chamada grande imprensa, há uma preponderância ostensiva do factual sobre o especulativo e, na área cultural, do entretenimento puro e simples sobre a reflexão. Não me preocupa nada quando, em busca de público, a imprensa investe na apelação e no evidente baixo nível, reconhecível por quase todos nós. O que preocupa é o estabelecimento insidioso da mediania e do tatibitate como padrão ótimo de jornalismo, muitas vezes confundidos com uma preocupação supostamente didática. Há, em suma, uma redução progressiva, a teores mínimos, das ambições intelectuais de um universo amplo que poderia denominar como o de periódicos não especializados.

Na universidade, a banalização da titulação, a burocratização da pesquisa e o adestramento das formas de expressão da produção acadêmica tendem a transformar o ambiente num circuito auto-congratulatório, quase sempre distante da realidade imediata – o que não é em si um problema, pois a pesquisa não deve ter necessariamente esse compromisso – e quase sempre movido pela troca intelectual entre os pares.

Na prática, os professores têm razão quando criticam a banalização das discussões intelectuais em veículos não-especializados. E os intelectuais não-profissionais, engajados ou não no jornalismo mas independentes de instituições, também têm bons argumentos para atacar a “jargonite”² e a especialização como horizonte predominante de reconhecimento de qualquer esforço de pensamento.

3

No terreno baldio que nasce desta polarização, o ensaísmo aparece não como uma saída de emergência, mas como um convite possível ao diálogo.

Na tradição anglo-saxã, *essay* pode ser desde o trabalho do estudante até um texto de George Steiner. Na francesa, onde tudo começou com Montaigne, trata quase sempre de filosofia, assim como na alemã. Há um denominador comum, no

entanto, a todas as culturas, que é a definição paradoxal de um anti-gênero ou, pelo menos, de um lugar de liberdade radical do pensamento e da análise, sem submissão a qualquer rito institucional ou metodológico.³

No ensaio não há compromissos *a priori* com codificações, sejam elas a linguagem jornalística ou a metodologia e o jargão universitário ou científico. Quando, no século XVI, Montaigne escreveu os *Ensaaios*, livro que deu origem ao gênero, inventava uma forma muito peculiar de expressão: tratava-se de um homem de posses, que aprendeu primeiro o latim e depois o francês e que escolheu essa última língua para a obra que consumiu boa parte de sua vida adulta, ou seja, fez com que o conhecimento confinado à Antiguidade Clássica se misturasse à experiência do homem de seu tempo e fosse a ele comunicada de forma mais direta e clara.

Alexandre Eulalio, ele mesmo um pensador fora dos cânones, dedicou um texto pouco conhecido, “O ensaio literário no Brasil”⁴, a comentar a difusão peculiar do gênero no Brasil. Sustenta ele, e eu resumo drasticamente, que o gesto de Montaigne “transitou” para os folhetinistas ingleses e deles universalizou-se “nas demais literaturas”, passando, no entanto, ao largo do território português e, claro, de suas colônias.

Na visão de Eulalio, aqui vicejou antes de mais nada uma “índole ensaística” e, só tardiamente, o ensaio como o que chama “forma autoconsciente”. E essa autoconsciência associou-o, como num mal de origem, à autorização do gênero pela instituição universitária. Ensaio e *paper* terminaram por ter equivalência, numa clara distorção do espírito que rege o primeiro em suas primeiras manifestações e, também, nas mais recentes. O que imprime à sua forma uma estratégia de legitimação institucional difícil de ser desmontada.

4

Tudo o que a *serrote* buscou e vem buscando são textos não-acadêmicos num sentido muito preciso. Não há na revista um *parti-pris* anti-acadêmico, que não faria sentido por diversos motivos, mas entendo que os textos acadêmicos já têm lugares de sobra para sua difusão. Não publico nem por decreto textos pedregosos cujo principal atrativo ou razão de ser sejam a mera qualificação universitária de seu autor. O que me interessa é fazer ideias circularem, pouco se me dá sua conformidade a um sistema universitário. E nem vou discutir aqui se a revista deveria ter mais ou menos autores brasileiros, uma crítica frequente, já que o ensaísmo tal qual o entendemos, ou seja, como a discussão livre do jargão, é mais frequente em outras latitudes.

A experiência da *serrote* não está sozinha no mundo. Seu nascimento, em 2010, coincide com uma voga, em diversos países, de apostar na chamada “prosa de ideias”, em revistas que fazem ensaísmo ou jornalismo fora dos padrões mais ortodoxos. A *n+1*, americana, é muito ativa neste sentido e vem propondo um projeto

interessante, o site Magazines of Americas, que hoje congrega a *El Malpensante*, da Colômbia, a *Etiqueta Negra*, do Peru – e, em breve, a *serrote*.

James Wood, o crítico literário da *New Yorker*, tenta explicar este fenômeno, que os editores da *n+1* designam como “revistas intelectuais”:

As revistas, grandes e pequenas, estão ocupando o terreno deixado livre pelos jornais em sua aparentemente incontrolável evaporação. (...) o ensaio contemporâneo vem de um tempo para cá ganhando energia como uma alternativa – ou mesmo um rival – do inegável conservadorismo da ficção mainstream.⁵

Há em todo o mundo, sem dúvida, um desprestígio crescente do propriamente literário e uma eclosão do narrativo em domínios não-literários. Eu poderia citar a *piauí*⁶ como exemplo disso e do recente encontro no México de diversas outras revistas que vêm se apossando deste “jornalismo narrativo”, que me parece uma denominação melhor para o que um dia se chamou jornalismo literário.

O ensaísmo, da forma pela qual o concebo, pode de fato preencher muitas dessas lacunas. E sem render-se em momento algum à mediania. Pior do que nivelar por baixo, é apostar na sensaboria limpinha e bem comportada. O efeito, a médio prazo, é devastador.

Paulo Roberto Pires

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
e editor da revista *serrote*

Notas

1. Para a mudança da acepção do termo “intelectual” através dos tempos, ver WILLIAMS, Raymond, *Keywords*.
2. O termo é usado por Helen Sword em *Stylish Academic Writing* (Harvard University Press, 2012), excelente estudo sobre a submissão do trabalho acadêmico ao jargão.
3. Além do texto clássico de Theodor Adorno, “O ensaio como forma” (incluído *Notas sobre literatura*, editora 34), há uma boa e sintética conceituação em “Pode-se definir o ensaio?”, de Jean Starobinski, publicado na *serrote* 10 (IMS, 2012).
4. EULALIO, Alexandre. O ensaio literário no Brasil. In: *serrote* 14 (2013).
5. As considerações de Wood sobre o ensaio contemporâneo estão em “Reality effects”, ensaio sobre John Jeremiah Sullivan publicado na *New Yorker* de 19/12/2011 e traduzido como prefácio à edição brasileira do livro de Sullivan, *Pulphead – O outro lado da América*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
6. A *piauí*, é importante dizer, tem como principal acionista João Moreira Salles, presidente do Instituto Moreira Salles, que edita a *serrote*.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: ADORNO, W. T. *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- EULÁLIO, Alexandre. O ensaio literário no Brasil. In: *serrote* 14 (2013).
- SWORD, Helen. *Stylish Academic Writing*. Harvard: Harvard University Press, 2012.
- WILLIAMS, Raymond. *Keywords. A vocabulary of culture and society*. New York: Oxford University Press, 1983.
- WOOD, James. Reality Effects. John Jeremiah Sullivan's essays. In: *The New Yorker*, 19/12/2011.

Recebido em agosto de 2013.

Aceito em setembro de 2013.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o descompasso presente na distinção entre as funções do jornalista e do intelectual na sociedade brasileira. A partir disso, faz uma reflexão sobre o lugar que o ensaísmo pode assumir hoje no debate cultural, como uma alternativa possível para a prática profissional jornalística no contexto contemporâneo.

Palavras-chave

Jornalista; Intelectual; Ensaio.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the problems generated by the distinction between the functions of the journalist and the intellectual within the Brazilian context. Besides that, this text makes a reflection about the essay, as a genre, and the place it can assume in the cultural debate, as an alternative for the contemporary professional practice of journalism.

Keywords

Journalist; Intellectual; Essay.